

para a tradução de textos bíblicos simples. Para um aprofundamento na estrutura da oração, na função das partes da oração, nos possíveis significados dos “tempos” verbais, nos tipos de oração, na regência verbal e no emprego de diversas preposições será necessário recorrer a outras gramáticas.

Além disso, estudantes exigentes provavelmente sentirão falta, por trás das diversas informações sintáticas abordadas, de uma concepção global de formação e funcionamento da língua hebraica. Por exemplo, o leitor ou a leitora será capaz de identificar, com certa facilidade, seqüências de verbos ou orações com suas particularidades formais, mas terá algumas dificuldades de explicar como e por que surge exatamente esta ou aquela seqüência de verbos ou orações.

Alguns leitores talvez possam discordar de P. Kelley em alguns pontos, como, por exemplo, na sua proposta de divisão de sílabas (lição IV), ou, então, sentir falta, por exemplo, de uma teoria lingüística que pudesse explicar as regras de vocalização. Tudo isso, no entanto, não diminui o mérito desta obra. O autor alcança perfeitamente o seu objetivo: “uma gramática escrita numa linguagem simples, que fosse bastante abrangente e tivesse um leque bastante amplo de exemplos e exercícios baseados na Bíblia” (p. 11).

Por fim, cabe ainda destacar positivamente as diversas “notas da tradutora”, inseridas lá onde a tradutora julgou de bom alvitre ajudar o leitor ou a leitora com explicações adicionais. Em 12.2 e 16.6, por exemplo, ela introduz os conceitos massoretas de *ketib* e *qere* para explicar a vocalização de “Jerusalém” e “Javé”, respectivamente. Os usuários certamente ficarão muito agradecidos por este auxílio.

Nelson Kilpp

Um apelo ao ecumenismo

**Recensão do livro *O ecumenismo eclesiástico em debate*
: uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC,
de Carlos Gilberto Bock.**

**(São Leopoldo : Sinodal/IEPG, 1998. 150 p.
[Série Teses e Dissertações, 11.]**

A vitalidade que caracterizava o ecumenismo brasileiro em tempos recentes está ameaçada de perder fôlego. Mas marcou época e formulou um compromisso inalienável para o futuro. O trabalho de Carlos G. Bock, fruto de pesquisa e tese de mestrado no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG) da Escola Superior de Teologia (EST), para tanto apresenta farta documentação. Esboça em linhas claras e precisas a história do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC).

Essa história, com seus antecedentes, seus condicionantes e seus desenvolvimentos, não deixa de ser típica da história do pensamento ecumênico neste país. Esta é a razão por que o estudo ultrapassa em muito a análise de um objeto específico e se constitui numa instrutiva introdução à história do ecumenismo como tal. Sempre focalizando o contexto

particular do Brasil, não são esquecidas as dimensões abrangentes, sem as quais os eventos nacionais seriam incompreensíveis. Coerentemente o 1º capítulo tem por tema “O desenvolvimento do ecumenismo na Igreja Católica Romana do Concílio Vaticano II ao pontificado de João Paulo II”. Também o 2º capítulo se mantém dentro das premissas que possibilitaram o crescimento do ecumenismo em solo brasileiro. Tem por título “Iniciativas ecumênicas que precederam a criação do CONIC”. A aproximação das igrejas é fruto de impulsos nacionais e internacionais. Carlos G. Bock mostra muito bem as inter-relações, oferecendo uma visão panorâmica do mundo ecumênico que permite enxergar com precisão o lugar específico em que o CONIC se situa.

O 3º capítulo, que se dedica a esta matéria sob o título “Uma análise histórica da proposta ecumênica do CONIC”, obviamente ocupa o maior espaço. É o ecumenismo eclesial que está em discussão, ao lado do qual existiram e ainda existem outras expressões ecumênicas no Brasil. O CONIC tem identidade peculiar, sendo a participação da Igreja Católica um de seus traços mais marcantes e, mesmo, inéditos. Procura a vivência da fraternidade eclesial. Por isso é órgão ecumênico das igrejas a ele filiadas, no que consistem, a um só tempo, a vantagem e a limitação dessa entidade. Aglutinou diversos anseios ecumênicos no passado e tem desempenhado papel de destaque como voz profética nas ameaças peculiares da sociedade brasileira, principalmente no período de passagem da ditadura militar para a democracia. Nas mudanças da atualidade, porém, importa repensar a concepção do CONIC. Constata o autor: “É fundamental que as igrejas-membros sejam desafiadas a redefinir, hoje, qual é o sentido da existência do CONIC.” (P. 132.) É o mérito do trabalho deixar claro que não se trata de questionar o pensamento ecumênico em si. Muito pelo contrário, a história do CONIC revela a enorme riqueza que o testemunho cristão é capaz de auferir da cooperação eclesial. Cabe, isto sim, reafirmar o compromisso ecumênico e adequá-lo às novas circunstâncias políticas, culturais e sociais.

A história do CONIC oferece excelente motivação para tanto. Sob muitos aspectos o trabalho de Carlos G. Bock é pioneiro. Explora fontes até agora ocultas nos arquivos. Traça interessantes paralelos entre o ecumenismo nacional e o internacional, evidencia os novos desafios enfrentados pelas igrejas, principalmente em razão do renascimento do conservadorismo de um lado e da multiculturalidade ou do pluralismo religioso de outro. Também o ecumenismo não pode ficar parado no tempo. É uma tarefa a ser assumida sempre de novo.

O pensamento de Carlos G. Bock é crítico. Não esconde suas simpatias pelo CONIC e o papel deveras importante que desempenha. Mas é também lúcido o suficiente para mostrar os limites deste instrumento e as dimensões ecumênicas não atendidas pelas igrejas até agora. O CONIC tem sido um privilegiado órgão representativo das igrejas-membros frente à sociedade. A despeito do engajamento na Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, porém, pouco tem investido no diálogo doutrinal com o fim de eliminar barreiras teológicas internas. Abre-se, ainda, o mundo multifacetado do pentecostalismo e dos novos movimentos religiosos. Seja anotado que a voz comum frente a esta realidade certamente vai exigir uma outra qualidade do que aquela em favor da dignidade humana. O estudo de Carlos G. Bock abre perspectivas e indica tarefas justamente nessa direção. É um estudo histórico, conjugado com a avaliação teológica da caminhada de um dos mais notáveis órgãos ecumênicos em terras brasileiras.

É desejável que o livro que acabamos de apresentar consiga cativar muitos leitores e leitoras e que consiga alcançar o objetivo que se propôs, a saber, motivar para a persistência no esforço ecumênico a serviço do crescimento da comunhão no Espírito Santo.

Gottfried Brakemeier

Novo paradigma no estudo da religião

Recensão do livro *Religião e verdade : rumo a um paradigma alternativo para o estudo da religião*, de Donald Wiebe (trad. por Luís H. Dreher).

(São Leopoldo : Sinodal/IEPG, 1998. 206 p.)

Está disponível em tradução ao português a obra de Donald Wiebe, originalmente publicada em 1981 como a tese doutoral do autor pela Mouton Publishers, de Den Haag, Holanda. Donald Wiebe é hoje professor na Universidade de Toronto, e destaca-se como um dos mais significativos teóricos da área teoricamente conturbada de estudos da religião. Ao mesmo tempo, tem se destacado por tematizar as relações dos estudos científicos da religião com as ciências em geral e a teologia em particular. Algumas de suas obras posteriores a seu primeiro estudo monográfico são *The Irony of Theology and the Nature of Religious Thought* (McGill Queens University Press, 1991) e, bem mais recente, *The Politics of Religious Studies : The Continuing Conflict with Theology in the Academy* (St. Martin's Press, 1998).

Em *Religião e verdade*, o autor propõe-se a retomar uma discussão extremamente complexa — e cercada de tabus que lhe são peculiares —, a saber, a questão da *verdade* na religião. Wiebe, porém, não se interessa precipuamente pela questão de se a religião tem ou teria uma verdade, e qual ela seria. Antes, a questão das verdades e da verdade da religião se circunscreve num horizonte de uma busca estritamente “científica” que não leva a conclusões definitivas, mas só a aproximações pontuais e a juízos genéricos provisorios, ainda que relativamente seguros.

Como teórico dos estudos da religião, interessa mais ao autor discutir metodologicamente a possibilidade, e mesmo a necessidade, de levantar a questão da verdade da religião no marco de um estudo sistemático dela, sempre que disciplinado e livre de obrigações apologéticas. Cabe notar que tal discussão, assumida como possível e necessária, foi tradicionalmente travada no campo estrito da filosofia da religião (e da teologia filosófica) no Ocidente, com as desvantagens que lhe são inerentes: a pouca referência ao cotidiano e à realidade empírica da(s) religião(ões) e a referência habitualmente constante e apologética ao cristianismo.

Logo, surge a pergunta que trai a originalidade do trabalho de Wiebe: por que trazer explicitamente a questão da verdade da religião para dentro dos estudos (analíticos e descritivos) da religião, se ela foi sempre uma questão da filosofia da religião e de uma teologia filosoficamente interessada? A resposta de Wiebe constituir-se-á de várias respostas, que consistirão basicamente em romper com a separação, em seu modo de ver inocente, de competências entre descrição/interpretação, por um lado, e explicação, por